

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
ROSINEIDE DE FÁTIMA ALENCAR**

**FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR UMA CONSTRUÇÃO  
DESAFIADORA NO CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE  
TAMANDARÉ - PR**

**MATINHOS  
2016**

**ROSINEIDE DE FÁTIMA ALENCAR**

**FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR UMA CONSTRUÇÃO  
DESAFIADORA NO CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE  
TAMANDARÉ - PR**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de  
Especialização em Questão Social na  
Perspectiva Interdisciplinar, Setor  
Litoral, Universidade Federal do Paraná,  
como requisito para obtenção do título  
de especialista.

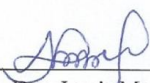
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Lenir Maristela  
Silva

**MATINHOS  
2016**

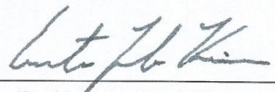
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Professora **Dra. Lenir Maristela Silva**, realizaram em 08 de novembro de 2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Rosineide de Fátima Alencar**, sob o título ***"FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR UMA CONSTRUÇÃO DESAFIADORA NO CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR"***, sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista no Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito **"APL"**.

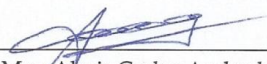
Matinhos, 08 de novembro de 2016.



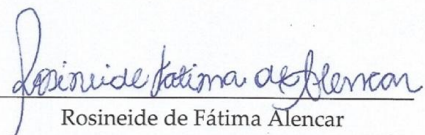
Dra. Lenir Maristela Silva  
Professora Orientadora



Dr. Ernesto Jacob Keim  
Professor Integrante



Msc. Almir Carlos Andrade  
Professor Integrante



Rosineide de Fátima Alencar  
Estudante

**Conceitos de aprovação**  
APL = Aprendizagem Plena  
AS = Aprendizagem Suficiente

**Conceitos de reprovação**  
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI = Aprendizagem Insuficiente

### OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



## SUMÁRIO

RESUMO.....	1
1.INTRODUÇÃO.....	2
2. ASSISTENCIA SOCIAL: Política Pública de proteção social.....	3
2.1- CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS.....	5
2.2- REFLEXÕES: sobre os serviços de proteção social com as famílias no CRAS.....	7
3. CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – seu desafio na busca do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.....	9
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	15

## **FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR UMA CONSTRUÇÃO DESAFIADORA NO CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – PR**

Rosineide de Fátima Alencar<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o desafio da construção do Fortalecimento de Vínculo Familiar, serviço implantado pela Política da Assistência Social, por meio do Programa de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF), que devem ser ofertados nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), espaço público estatal, considerado a porta de entrada dessa política na sociedade. Neste contexto, este trabalho se desenvolve pela vivência do cotidiano profissional como Assistente Social, no Cras II, no Município de Almirante Tamandaré, a partir do desenvolvimento de trabalhos com famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar. Trata-se de um trabalho que tem se mostrado um grande desafio para os atores envolvidos neste campo de atuação. Considerando as particularidades históricas de cada família e as inúmeras expressões da questão social, que de forma acentuada vêm atingindo cada vez mais as famílias brasileiras, percebe-se que a Política de Assistência Social se apresenta atualmente em seu ápice da legalidade, que inova com a perspectiva de direito e cidadania pela luz da Proteção Social. Porém, para os agentes envolvidos na política de desenvolvimento da autonomia do grupo familiar, é necessário cuidado para não oferecer apenas assistência compensatória. Como recurso para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas pesquisas de natureza qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico de revistas, artigos científicos, livros, internet e de autores que falam, ou tenham alguma relação com o tema em questão. Tem-se então dentro desta perspectiva, que mesmo com os avanços alcançados com a implantação e implementação da política de assistência social, atualmente, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a sua plena efetivação seja alcançada, e que, conseqüentemente, as situações de vulnerabilidade social possam ser superadas.

**Palavras chaves:** Assistência social - Proteção social – Família - Vínculo.

### **ABSTRACT**

This study intends to present a reflection on the challenge of Strengthening the Family Bond, service implemented by Social Assistance Policy of the Protection and Integral Care to Family Program (PAIF) and offered at Social Assistance Reference Centers (CRAS), state public spaces considered the main entry of this policy in society. In this context, this study develops itself (ou “this study is developed”) through the daily professional experience as a Social Assistant at CRAS II, in the city

---

<sup>1</sup>Bacharel em Serviço Social (UNIBRASIL). Assistente Social no CRAS do Município de Almirante Tamandaré – PR . Artigo apresentado para avaliação final do Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar (UFPR-Litoral). E-mail: rosialencar28@bol.com.br

of Almirante Tamandaré, and from the development work with families in social vulnerability situation using the “Strengthening the Family Bond” services. It’s a work that has presented huge challenges for those working in the social assistance field. Seeing the historical particularities of each family and the many expressions of the social issue, that sharply been hitting more and more Brazilian families, it is clear that the Social Assistance Policy is currently presented at its peak of legality, that innovates with the perspectives of rights and citizenship in the light of Social Protection. However, for the agents involved in this task of developing the family group autonomy, care is needed to not only provide compensatory assistance. As resource for the development of this study, were made qualitative research, through data collection on journals, scientific articles, books and Internet based in authors whose themes are related to the subject of research. Then there is within this perspective that even with the progress made with the establishment and implementation of social welfare policy, currently, there is still a long way to go before its full realization is achieved, and that, consequently, social vulnerabilities can be overcome.

Key Words: Social Assistance - Social Protection – Family - Bond

## **1. INTRODUÇÃO**

A assistência social, regulamentada a partir da Constituição Federal de 1988, passa a compor o sistema brasileiro de proteção social, não contributivo e de responsabilidade estatal, garante o acesso a quem dela necessitar, e reconhece a família como foco central no que refere se aos serviços socioassistenciais, considerando a família como espaço privilegiado e insubstituível de proteção social, tornando se assim o principal mecanismo estatal para se chegar aos direitos sociais.

Neste prisma a Assistência Social passa a se constituir como política pública de cidadania, despindo-se do velho modelo de ações assistencialista individual e vestindo-se pelo viés da família, este reconhecimento é considerado um grande avanço na assistência rompendo com a fragmentação do atendimento do modelo antigo, onde apenas o indivíduo era visto isolando toda a família. Porém o desenvolvimento de trabalhos com famílias, especificamente, as ações que envolvem o Fortalecimento de Vínculos Familiares tem sido objeto de muitos debates no âmbito das políticas públicas, considerando as diversas e complexas formas de organização que perpassam a vida familiar. Portanto, este trabalho ao inserir-se neste debate, reconhece que é uma temática sensível, que não está concluída e requer muitos cuidados.

Como objetivo geral buscamos refletir acerca do desafio do Fortalecimento de Vínculos Familiar e comunitários no Centro de Referência de Assistência Social (Cras II), do Município de Almirante Tamandaré/PR. Mais especificamente

pretendemos ampliar o conhecimento acerca do serviço do fortalecimento de vínculo familiar, buscando refletir sobre: a família e os serviços da proteção social no âmbito da Política de Assistência Social e, apresentar as principais ações com as famílias no respectivo campo de trabalho, na busca de estabelecer a comunicação necessária no que tange o desafio da construção de fortalecimento de vínculo familiar.

Metodologicamente este estudo é de natureza qualitativa, por meio de revisão bibliográfica. Impõe lembrar que esse trabalho é fruto da vivência do cotidiano profissional, como Assistente Social no Centro de Referência e Assistência Social (Cras) II no Município de Almirante Tamandaré PR, onde surgiram as incessantes inquietações no enfrentamento do trabalho de construção do Fortalecimento de Vínculo Familiar, uma vez que nos deparamos com as mais variadas formas de laços de afetividade no núcleo familiar.

Dessa forma este trabalho faz uma rápida revisita à Política de Assistência Social, que se insere como política pública, dando voz à proteção social. Em um segundo momento abordaremos brevemente sobre as principais funções do Centro de Referência e Assistência Social (Cras) II. Logo após faremos algumas considerações sobre o trabalho de proteção social com família no âmbito do Centro de Referência e Assistência Social (Cras). E para finalizar, apresentamos as principais ações com a família no respectivo campo de trabalho, através do serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar, visando proporcionar a tão anunciada Proteção Social.

## **2. ASSISTÊNCIA SOCIAL: Política Pública de Proteção Social**

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS -1993), Dispõe sobre a organização da Assistência Social e da outras providências. Sua promulgação da a Assistência Social uma condição de Política Pública de Direitos Sociais sob responsabilidade do Estado, e estabelece que:

“a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” . (LOAS, 1993; p.07).

Assim comum caráter inovador iniciou-se um longo processo de muitas discussões para o fortalecimento da Assistência Social enquanto Política Pública de Direito Social. Os avanços continuaram e logo em 2004 foi aprovado a Política

Nacional de Assistência Social (PNAS), que dispõe sobre os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social. Visto como marco histórico para as transformações das propostas desta Política, neste compasso essa Política rege-se pelos seguintes princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. Sendo que realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais. (PNAS,2004 p.32).

Sob este prisma vemos princípios democráticos que demonstram o compromisso do Estado no que se refere a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p.33). Para tal alcance a PNAS prove: serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social de atenção às famílias que devem articular-se com os demais serviços socioassistenciais, das outras políticas públicas de garantia de direitos. Visando garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, para superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial.(PNAS,2004 p.34).

Sob essa perspectiva são usuários desses serviços de Proteção Social, os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. Considerados famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.(PNAS,2004 p. 33).

Neste contexto, a Assistência Social continua avançando e outros documentos legais são aprovados. Em 2005 a Norma Operacional Suas (NOB/SUAS), que



organiza em um único modelo da gestão das ações descentralizadas e participativas de Assistência Social (SUAS, 2005 p.9). Logo em seguida em 2006 é aprovada a (NOBRH/SUAS), que cria parâmetros gerais para a implementação da gestão do trabalho no âmbito da Assistência Social. E em 2009 é aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que cria uma matriz padronizada dos serviços ofertados no Sistema Único de Assistência Social. Estes serviços são estabelecidos por nível de complexidade, passando a serem entendidas como: serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. (BROGNOLI, F. F. SANTOS A.S. p.4).

Sob essa nova compreensão e considerando a dimensão das propostas desta Política, são implantados conforme PNAS estruturas físicas consideradas referências para a execução dos Serviços da Proteção Social. Trata-se, de dois espaços denominados como: Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), responsável por executar todos os Serviços da Proteção Básica, especificamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - (PAIF). Serviço que consiste no trabalho social com as famílias, de caráter continuado, por meio de ações preventiva, protetiva e proativa. E dos Centros de Referência e Assistência Social Especializados (CREAS) referência da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O qual cabe a execução dos Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Que tem suas ações direcionadas para a promoção de direitos e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que a vulnerabilizante e/ou submetem as situações de risco pessoal e social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009 p. 6, p.19 ).

Com essa referência no próximo capítulo abordaremos brevemente sobre o Centro de Referência e Assistência Social – Cras local onde é realizado especificamente o Serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Comunitário do qual este trabalho se reporta.

## **2.1-O CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS .**

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) é a única unidade de Proteção Social Básica da Política da Assistência Social. Suas funções prioritárias são: de gestão da proteção básica no seu território e a oferta do principal programa da Política da Proteção Básica, a Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009 p. 9).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (MDS, 2009 p.9).

As ações dos Cras se efetivam através dos serviços de referência que diz respeito a maneira a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas, conforme a complexidade da demanda. E a contra referência é exercida sempre quando Cras recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica em serviços, benefícios ou projeto de proteção básica. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009 p. 10).

Neste ponto cabe a relevância para os serviços de: convivência e fortalecimento de vínculos familiar; serviço proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, ligados ao (PAIF).

Cabendo a estes dar conta de prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo desenvolvimento de potencialidades na função protetiva da família para a ampliação de seus direitos sociais, dessa forma contribuir para melhoria de sua qualidade de vida. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009 p. 31 a 32 ).

Dois eixos norteiam as ações no Cras: a família, considerado como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da Política de Assistência Social, dessa forma toda a rede socioassistencial se organiza para o apoio a família. No tocante ao segundo eixo a territorialização que refere a centralidade do território como fator determinante para compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social bem como para seu enfrentamento. Vale considerar que neste contexto o território aqui vai além da delimitação espacial, mas para um conceito de território que abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade.(ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009 p. 13 ).

Portanto para estruturar os serviços dentro da diretriz da matricialidade familiar no Cras, é necessário um corpo técnico conforme recomendado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB/RH/SUAS 2009 P. 19). Cabendo a esta equipe técnica ofertar serviços de proteção social com conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos

impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários, mais especificamente o serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Comunitário o qual esse trabalho tentará apresentar a seguir.

## **2.2 - REFLEXÕES: sobre os serviços de proteção social com as famílias no CRAS.**

A família é considerada como o “núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações da política de assistência social” (Brasil, 2004, p.40), e pelas demais Políticas Públicas de promoção social (saúde, educação entre outras).

Dessa forma neste capítulo consideraremos brevemente algumas reflexões acerca dos trabalhos com famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade e risco social no Cras. Procurando dar ênfase ao Serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar uma vez que seu principal objetivo prevenir as situações de vulnerabilidades e risco sociais advindos da pobreza, da fragilização decorrentes da privação de vínculos e de pertencimentos sociais proporcionando o alcance do direito a cidadania.

Vimos que família representa o eixo articulador para todos os serviços da Política de Assistência Social, justamente em torno dessa questão que alguns aspectos são de extrema relevância no compromisso com trabalho realizado com as famílias. Guimarães e Almeida (2015, p. 147) ressaltam que este trabalho “não pode ser conduzido de maneira pragmática, aleatória ou voluntarista.” É preciso conquistar um vínculo com as famílias assim é fundamental conhecermos sua formação na sociedade contemporânea é reconhecermos suas muitas mudanças. Requer considerarmos como as famílias trazem o entendimento para seus problemas, necessidades e qual suas perspectivas e quais recursos que a própria família dispõem. Significa refletirmos “dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, que cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado a experiência vivida.” É trabalhar com a sensibilidade da escuta, pois só assim teremos abertura para localizar os pontos de vulnerabilidade e dessa forma pensar nos recursos disponíveis. (SARTI, 2015, p. 37).

Portanto, trabalhar com família implica em ter um olhar crítico sobre sua realidade. Cabendo refletir que sobre elas repousam determinantes sociais, culturais, políticos e religiosos. Determinantes que por muitas vezes não estarem agradando os padrões exigidos pela sociedade, pelo sistema capitalista e pelo próprio Estado

mínimo de direitos acabam sendo penalizadas levando-as a exclusão social.

Assim a autora Carvalho (2015, p. 297) analisou

O exercício vital das famílias é semelhante às funções das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. Se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas elas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas.

Neste contexto, família e Estado desempenham o mesmo papel, ambos visam a proteção social dos indivíduos. Portanto essa corrente vem exigir soluções obrigatoriamente partilhadas entre Estado e sociedade.

Entretanto, a Assistência Social não é uma política propriamente de proteção social exclusiva de atenção às famílias, e mesmo que legalmente ancorada na família o que vemos e o que temos, é uma política desenvolvida de forma fragmentada e focalizadora. Lembrando que historicamente o alvo das políticas sociais foram as mulheres, as crianças e os idosos. Levando conseqüentemente a fragmentação dos trabalhos sociais realizados com famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, na perspectiva do fortalecimento de vínculo familiar. E isso tem se mostrado um desafio para os agentes envolvidos neste campo de atuação. Pois a fragmentação da família pelas próprias Leis, normativas acabam por alterar não significativamente sua realidade.

É preciso entender que essas demandas envolvem sujeitos históricos, que vivenciam em seu cotidiano as manifestações da questão social, precisamos reconhecer a necessidade de políticas sociais mais condizentes com a realidade das famílias.

Percebemos nesta política que a família tem centralidade e é vista como capaz de processar a proteção social aos seus membros muito mais do que como grupo que necessita de proteção social. As ações a seguir elencadas são realizadas em conjunto dependendo da especificidade de cada família. Sendo: a acolhida, escuta, informação, orientação, promoção de acesso à renda, na forma de renda mínima, encaminhamentos a serviços das outras políticas. Bem como a inserção em serviços de Fortalecimento de Vínculos Familiar e comunitários, todas com caráter de potencializar o impacto das ações visando concretizar os direitos socioassistenciais.

Igualmente relevante é o processo de trabalho que estruturam as ações realizadas com as famílias no Cras. São: as visitas domiciliares como potencial de instrumentos para se conhecer e compreender a realidade das famílias, entrevista de acompanhamento como forma de avaliações caso necessidade de redirecionar o

trabalho.

Cabe ressaltar que o Serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar compõe o conjunto de serviços ofertados pela política Municipal de Assistência Social. Assim e de responsabilidade do Município toda a estrutura física necessária para sua promoção, pois sua implementação de forma eficiente e eficaz é fundamental para organização do SUAS.

O Serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar diante de seu caráter estratégico busca através de suas ações aproxima-se das famílias e comunidade de seu território, para construção de uma relação que deve ser feita de forma respeitosa democrática e participativa. Nessa direção o trabalho com famílias deve ocorrer de forma horizontal e não hierárquica, pois fazer com essas famílias que chegam até o Cras, ganhem voz é uma tarefa desafiadora, é preciso dar atenção diferenciada. E de acordo com a autora Carvalho

“o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença, que não pode ser descartada quando projetam processos de inclusão social” por isso o trabalho com famílias devem ser pautado com compromisso, o trabalho deve ser em conjunto com a família que deve ser considerado sujeitos de suas próprias escolhas e não como meros utilizadoras dos programas socioassistenciais. (Carvalho,2015, p. 297).

### **3. O CRAS II DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ- SEU DESAFIO NA BUSCA DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.**

Neste capítulo, apresentaremos de forma sucinta os trabalhos realizados no cotidiano do Cras II da construção de Fortalecimento de Vínculos Familiar e Comunitários. Trata-se de trabalho com famílias que enfrentam em seu dia a dia o mais diversos problemas sociais,( habitam em casas precárias e bairros vazios de serviços (saúde, educação) entre outros. São famílias castigada pela pobreza pela desproteção social, mas que lutam pela inclusão social.

Segundo o IBGE o Município de Almirante Tamandaré,localiza-se na região metropolitana de Curitiba, com população de 103.245 habitantes até 2010. Seu potencial econômico ganha destaque pelas atividades voltadas as extrações de mineral (cal e cimento) assim vem sendo beneficiada pelo processo de industrialização, outra importante atividade presente no município e a agricultura.

Porém, a maior parte das famílias referenciadas no Cras inserem-se na economia informal obtendo por esse trabalho baixíssima renda, além de precário acesso e usufruto dos bens de serviços da política públicas no município, portanto acabam sem a proteção social.

E para atender essa crescente demanda de famílias em situação de

vulnerabilidade social e risco a população conta com apenas dois CRAS e um CREAS. Situados em locais considerados estratégicos para o melhor acesso da população (não foi possível saber se houve pesquisa para instalação dos Cras).

A instalação do Cras II se deu no ano de 2011. Espaço considerado novo, dessa forma o diálogo e a confiança com a comunidade do seu território de abrangência está em intensa construção. Seu território de abrangência absorve 17 bairros com uma população de aproximadamente de 11.000 habitantes. Porém no Município de Almirante Tamandaré, a distribuição geográfica dos bairros muitas vezes dificulta ou até impossibilita o acesso dos usuários aos serviços da proteção básica, cabendo a necessidade de estruturação de um número maior de CRAS do que é previsto na NOB/SUAS para uma melhor abrangência territorial.

Estão referenciadas atualmente ao Cras II - aproximadamente 2.900 famílias sendo 60 os atendimentos semanais na forma de grupos encaminhamentos e orientações, e visitas domiciliares. A equipe técnica de referência é composta por : um coordenador, um psicólogo e dois assistentes sociais, um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais, embora dentro do padrão estabelecido pela NOB/RHSUAS e considerada como equipe mínima, decorrente das crescentes demandas de desproteção social que chegam até essa unidade de atendimento, fato que compromete as ações realizadas pela equipe.

O espaço físico do Cras é composto por: uma recepção, uma sala para cada técnico, cozinha, dois banheiros e uma sala para realização do Serviço de Fortalecimento de Vínculo com os grupos. Mas verifica-se que os espaços são pequenos e insuficientes, a iluminação, ventilação, é pouca, agravado a isso temos uma metalúrgica instalada no fundo da unidade (o barulho, cheiro de produtos químicos) são constantes e fortes, é ainda não contamos com uma boa manutenção. Cabe ressaltar que a estruturação do espaço físico do CRAS é de responsabilidade do município como cumprimento do requisito de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS. Assim

“O espaço físico é reflexo de uma concepção. Deve ser organizado de modo que as famílias que vivem no território de abrangência do Cras o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos. Assim, os Cras não podem ser instalados em edificações inadequadas e improvisadas” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009 p. 48 ).

No que refere-se aos recursos materiais para o desenvolvimento de suas atividades esses não são fornecidos conforme necessários. Exemplificando, apenas recentemente conseguimos autorização para instalação da Internet ferramenta considerada necessária, para alguns serviços de agendamentos no INSS,

documentação. Outra dificuldade relevante é o compartilhamento do único carro, para a realização das visitas domiciliares com o outro Cras. Fato que compromete as atividades de ambas as equipes, tendo em vista, a crescente demanda de atendimentos e a necessidade de realizar o acompanhamento das familiares.

Outra dificuldade, é em relação os materiais socioeducativos, pois o seu fornecimento é realizado de maneira frágil (sendo encaminhados aos poucos) em decorrência disso, o serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar que deve ser realizado de forma continuada, apoiando a família no seu desempenho de sua capacidade protetiva, fica comprometido (PNAS).

O trabalho com família no campo da Assistência Social se dá por um conjunto de

“ procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, para o reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos”. PAIF (2012, vol.2 p.11)

Sob essa ótica a equipe técnica do Centro de Referência e Assistência Social (Cras) II atua de forma protetiva, preventiva e proativa, respeitando as especificidades e as limitações de cada família. O Serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar deve ser realizado por via do acesso ao programa de transferência de renda e pelo trabalho com grupos classificados como os mais vulneráveis: crianças e adolescentes, mulheres e gestantes e idosos. (PNAS 2004).

Cabe ressaltar que os trabalhos realizados com os grupos não tem caráter terapêuticos, visam o fortalecimento de vínculo familiar e comunitários, de acordo com a Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais (2009, p 9-10). Portanto são

"Serviço realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território".

Assim, o serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Comunitário que se desenvolve no Cras II se dá pela organização de encontros com cinco grupos.

Idosas: Período de duração previsto 12 encontros entre os meses de fevereiro



a Novembro/2016 com participação de 25 idosas, com idade entre 60 a 80 anos, sendo encontros de uma vez na semana aproximadamente por 1 hora e 30 minutos, no período da tarde. Os encontros são realizados através de grupos de convivência, diálogos de história/experiência de vida, alguns temas visando o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário estão sendo debatidos como: educação escolar, familiar, o uso do álcool e outras drogas, a violência no território, a importância da espiritualidade e ações preventivas com relação a saúde física e mental. É realizado oficinas de (dança de salão), artesanato (pintura em tela) e no final de cada mês realizamos um almoço (com recursos do próprio grupo). Na avaliação até o momento é possível verificar a importância desse espaço de convivência e fortalecimento de vínculo para o grupo, pois são assíduas e ainda justificam suas faltas, foi possível perceber que alguns conceitos sobre o envelhecimento foram refletidos, melhorando sua auto-estima, como também verificou-se melhor procura na Unidade de Saúde do território.

Mulheres: Período de duração 15 encontros entre os meses de fevereiro a Novembro/ 2016. O grupo se reúne no período da tarde, com uma média de 6 a 10 participantes com idade entre 18 a 35 anos sendo realizado uma vez por semana com duração prevista no máximo de 1 hora, este grupo apresenta fragilidade na assiduidade, trazem em seus relatos a dificuldade seu cotidiano exemplificando os afazeres domésticos, mas mostram se participativa nas atividades propostas o trabalho com o grupo. A metodologia é participativa com temas livres devido a estrutura frágil do grupo, porém os temas propostos como exemplo: afetividade, maternidade, sexualidade e paternidade responsável, estão sempre voltados a reflexões que busquem sua realidade como forma de fortalecer sua capacidade mudanças e decisões no seio familiar, possibilitando que as mesmas tragam suas conclusões e mudanças. Nas avaliações verificou-se que essas mulheres reconheceram o papel importante que cada uma tem em seu seio familiar, melhorando sua auto-estima, ressignificando alguns conceitos de ser mulher, como também verificou-se melhor procura aos serviços da rede socioassistenciais.

Adolescentes: Período de duração 11 encontros entre os meses de fevereiro a Novembro/2016, no período da manhã, com a participação 8 a 11 adolescentes, com idade entre 10 a 18 anos, o grupo se encontra uma vez por semana com duração no máximo de 1 hora, são realizadas rodas de conversa, com temas relacionados a: relação pais e filhos, violência e criminalidade, uso de álcool e outras drogas, escola e educação cidadania, Bullying, violência sexual e psicológica contra criança e adolescente, Estatuto da Criança e Adolescente: a criança como sujeito de



direitos mas também de deveres e algumas dinâmicas de grupo, análise produção áudio visuais (filmes), é realizado oficina de dança, conforme solicitação do grupo. Na avaliação dos grupos até o momento percebemos o número maior de participantes, que seu pela divulgação dos iniciantes do grupo, melhor frequência na escolar. Quanto as crianças, até o momento não realizamos nenhuma ação. Mas, embora o descaso por parte dos gestores da política pública de proteção social, no Município em questão o Cras II vem tentando alterar esse cenário, criando alternativas para a execução do serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiar. Pois acreditamos ser um canal viável de possibilidades para que as famílias venham a querer ressignificar suas vidas desenvolver potencialidades conseqüentemente fortalecer a capacidade protetora de seus membros evitando a exclusão social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio deste trabalho, buscamos considerações acerca do compromisso da Política de Assistência Social, no que diz respeito a Proteção Social, através do trabalho com famílias em situação de Vulnerabilidade Social e risco pelo viés do serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar.

Identificamos que um aspecto importante na política da assistência social é o reconhecimento da família em suas ações, rompendo com a ótica do modelo antigo nos atendimento, onde apenas o indivíduo era o foco e passando a reconhecer a família em suas múltiplas formas de se organizar.

Neste ponto é fundamental reconhecer que apesar do avanço supracitado, o conceito de família para a lógica dessa política ainda permanece uma idéia de família tradicional, desta forma incide-se o cuidado nas ações sociais para que a família não seja a única responsável pela função protetiva.

Também e de se considerar como avanço dentro da Assistência Social a definição de equipamentos públicos (Cras e Creas ) aos atendimentos e execução de Serviços socioassistenciais.

Verificou-se que no trabalho social com famílias há um abismo com relação ao que a assistência social se refere em suas orientações com a plena implantação da mesma, cabendo lembrar que para a concretização dos direitos socioassistenciais e fundamental a implementação dos serviços de forma efetiva e com qualidade.

Com relação ao serviço de Fortalecimento de Vínculo Familiar, vê-se a importância desse trabalho ao considerar que as ações socioeducativas promovidas e desenvolvidas pelos grupos contribuem para que as famílias reflitam sobre seus direitos de ser cidadão. Trabalho desafiador, pois essas famílias são vítimas de

inúmeras mazelas causadas pelo modelo econômico capitalista que continua causando de forma avassaladora seu o empobrecimento. Onde o Estado é omissor em prover para essas famílias o direito de acesso ao mínimo social levando – as a exclusão social.

Dessa forma, dois eixos necessitam de olhares cuidadosos no processo de trabalho do Fortalecimento de Vínculo Familiar primeiro: é necessário sabermos nos dias de hoje como as famílias se vêem, e o segundo trata-se de entendermos como as famílias têm estabelecido seus os laços de afetividades e sobretudo qual a comunicação, quais as redes que se têm tecido para o atendimento dessas famílias dentro da proposta da Política da Assistência Social,Disso, emerge a necessidade de constantes aquisições de conhecimentos teórico-práticos dos atores envolvidos no desenvolvimento do trabalho com famílias. São muitos os desafios contidos na elaboração e na aplicação de políticas públicas voltadas a família. E apesar de todo esse aparato legal que indica caminhos para contribuir para que as famílias em situação de vulnerabilidade social (pobres) se percebam e almejem ressignificar suas vidas, ocupando seu espaço como cidadão, e imprescindível refletir sobre políticas públicas e programas que realmente impactem na superação da pobreza.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** (Loas), Lei nº 8.742 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial(DOU) de 8 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília , 2004

BROGNOLI F.F., SANTOS ANTUNES SANDRA **O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:** uma análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF um estudo bibliográfico disponível em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/> acesso em 02/09/2016.

Carvalho, Maria do Carmo Brant. **Famílias e Políticas Públicas** ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. Família: redes, laços, e políticas públicas. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:** Resolução nº 109, de 1 de novembro de 2009. DOU 25 de Nov. de 2009. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

GUIMARÃES ROSANGELA FERREIRA, ALMEIDA G. CAVICHIOLI SILVANA **Reflexões sobre o trabalho social com famílias** In ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. Família: redes, laços, e políticas públicas. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** –IBGE. Disponível em : cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410040. Acesso em 05 de setembro de 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Lei 12.435 de 6 de Julho de 2011 - **Sistema Único de Assistência Social.**

MAGALHAES, Sabrina da Silva, Vanessa Oliveira Oliveira, Juliene Aqlio. **O Desafio do Fortalecimento de vínculos Familiares e Comunitários no Cras de Alvares Machado e Regente Feijó.** - ISSN 1983-602. Toledo- São Paulo.2012

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS); 2009.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) 2005

Orientações Técnicas sobre o PAIF – **Trabalho social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral a Família.** Vol. II (BRASIL, 2012b).

Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Brasília.2009

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **RELACIONES MACROPOLÍTICAS E MICROPOLÍTICAS NO COTIDIANO DO CRAS.** Psicol. Soc. [online]. 2016, vol.28,

n.1, pp.151-161. ISSN 0102-7182.

SARTI, Cinthya A. **Famílias Enredadas**. In **ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F.** Família: redes, laços, e políticas públicas. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2015.